



BOLETIM DE CONJUNTURA

ECONÔMICA

Produção Florestal Não
Madeireira na Amazônia
Brasileira

Nº 03

FÓRUM
EMPRESARIAL
de Inovação e Desenvolvimento





BOLETIM

MENSAL

3ª edição



FÖRUM
EMPRESARIAL
de Inovação e Desenvolvimento



PALAVRA DO PRESIDENTE

José Adriano - Presidente da FIEAC

O boletim econômico foi criado com a proposta de trazer informações sempre muito próximas da realidade do nosso estado, com pesquisas de campo que confirmam os números levantados e indicadores que dão uma orientação sobre o desempenho da economia. O terceiro boletim traz informações importantes sobre a inflação do mês de julho e a taxa de desocupação no estado. A taxa de desocupação do Acre chegou a 9,28% e a de Rio Branco a 11,64%, ambas acima da taxa nacional, que é de 8,03%. Isso é um indicador de que nossa economia, em relação ao nível nacional e a desocupação da força de trabalho, precisa melhorar.

Em relação ao IPCA Acre, o diagnóstico apresentado no boletim anterior indicou um aumento da inflação, então, isso deixa claro que nosso acompanhamento está certo. A tendência crescente da inflação local nos deixa apreensivos com relação a questões voltadas para o setor empresarial no final de ano. A preocupação aumenta ainda mais agora que o governo publicou um decreto autorizando cortes em despesas e isso traz uma pressão sobre a economia e precisamos repensar alguns investimentos por conta das despesas de final de ano.

Na parte de sondagem industrial, que nos deixa sempre muito atentos em relação ao desempenho da economia, o estudo identificou os principais problemas enfrentados pelos empresários no primeiro trimestre do ano, são eles: alta carga tributária, que está em torno de 53%; a competição acirrada de mercado e a falta de demanda, que acaba provocando uma pressão maior para que o empresário busque vender seus produtos e lucrar. Essa competição traz um reflexo positivo na política de preço, contudo, reflete muito na falta de investimento que acaba desestimulando o empresário. Consequentemente, essa falta de demanda, que chegou a 40%, nos deixa bastante preocupados.

Na parte de sondagem industrial, que nos deixa sempre muito atentos em relação ao desempenho da economia, o estudo identificou os principais problemas enfrentados pelos empresários no primeiro trimestre do ano, são eles: alta carga tributária, que está em torno de 53%; a competição acirrada de mercado e a falta de demanda, que acaba provocando uma pressão maior para que o empresário busque vender seus produtos e lucrar. Essa competição traz um reflexo positivo na política de preço, contudo, reflete muito na falta de investimento que acaba desestimulando o empresário. Consequentemente, essa falta de demanda, que chegou a 40%, nos deixa bastante preocupados. Foi identificada ainda uma ociosidade de quase 60% das indústrias, ou seja, há uma baixa utilização da capacidade de produção, problema percebido há algum tempo e reflete com maior preocupação em nosso estado uma vez que a economia local depende do investimento do público.

Outro assunto interessante abordado no estudo é sobre a bioeconomia e os produtos não-madeireiros. A Organização das Nações Unidas (ONU) já considera a extração de produtos florestais não-madeireiros como uma das maiores propostas econômicas para o mundo inteiro com uma forte pressão internacional e é uma opção de combate ao avanço do desmatamento e ocorrências de fenômenos climáticos extremos, que trazem diversos prejuízos para a economia.

O Acre tem referência para discutir bioeconomia e esperamos inserir essa temática em um debate mais aprofundado, que o Fórum Empresarial já vem fazendo.

A dinâmica da renda do Acre no período pós-pandemia é outro assunto analisado nesta edição. O artigo reflete sobre a dinâmica da renda acreana nos últimos 10 anos, entre 2012 e 2022, com uma análise específica no período pós-pandemia.

Não podemos deixar de destacar a perda de milhares de vida, restrições, reforço nas medidas sanitárias e dificuldades em determinados setores, contudo, tivemos um incremento financeiro não previsto nas contas dos estados e municípios que acabou desencadeando um processo de crescimento muito frágil. Esse crescimento não é permanente e, por isso, acaba viciando a gestão pública e sofremos com um percentual de desocupação muito grande em relação a 2020 e 2021, quando tivemos aquela sensação de melhora no mercado de trabalho e hoje enfrentamos a desocupação em função da vulnerabilidade de setores, que no início da pandemia, tiveram o incremento dessas receitas intempestivas, movidas pelo o aumento pelo aumento do consumo.

José Adriano Ribeiro da Silva

Presidente do Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre





**A PRODUÇÃO FLORESTAL
NÃO MADEIREIRA NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA**



RECURSOS NATURAIS



A floresta sempre desempenhou um papel importante na evolução humana, oferecendo seus recursos naturais ou oferecendo seus atributos para os ciclos vitais do planeta. Os produtos florestais não madeireiros são aqueles que, além da alimentação, formam uma importante área da economia em locais nos quais exista vegetação natural, como é o caso da região amazônica.

A formação do atual sistema econômico mundial foi sustentada pela extração dos estoques de recursos naturais e, durante o século XX, a velocidade de expansão da economia tem acelerado a degradação da natureza. A expansão da demanda por novas áreas de terra para apropriação dos estoques existentes tem devastado as florestas no planeta.

A Amazônia é hoje a região de maior biodiversidade do planeta. Desde sua ocupação existe a prática do extrativismo de produtos florestais não madeireiros, chegando a vivenciar períodos de apogeu econômico, como no caso da borracha, na virada do século XIX para o XX.

A importância da biodiversidade para a extração de produtos florestais não madeireiros se deve ao processo natural da fotossíntese, que é uma perfeita conversão da energia solar em matéria e alimento. A produtividade das florestas se origina nesse processo bioquímico. Infelizmente, nesse processo, predomina um inimigo da formação vegetal que é o desmatamento.

O desmatamento na Amazônia diminui a oferta de produtos florestais não madeireiros, que servem de base alimentar ao habitante das florestas e geram uma rotatividade na economia das regiões florestais. O avanço do desmatamento ignora os apelos internacionais e os acordos sobre o combate às mudanças climáticas. Os estados do Amazonas e do Pará lideram a retirada da cobertura vegetal. No ano 2022, o desmatamento no Brasil aumentou 22,3% em relação a 2021, equivalentes a 2,05 milhões de hectares, conforme aponta a (Agência Brasil, 2023).

Existe um quase consenso sobre a importância dos produtos não madeireiros para a economia da Amazônia, porém há uma crescente visão de que o sistema ecológico se encontra ameaçado e isso deve ser o ponto de partida da reflexão atual do manejo de recursos naturais. Há um atrito constante entre natureza e sociedade, ou meio ambiente e economia, comprovado nas dificuldades encontradas para a sua valoração e exploração sustentável (NAREDO, 1987).

PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS NA REGIÃO AMAZÔNICA

O conceito de produto florestal não madeireiro foi definido em 1995 pela ONU – FAO, como sendo todos os bens de origem biológica, assim como os serviços derivados da floresta e terra, sob uso similar, e exclui a madeira em todas as suas formas. O mesmo organismo internacional definiu, ainda, o extrativismo de coleta, sem danificar o espécime, e o de aniquilamento ou morte da planta, além de apontar para que o extrativismo deve ser sustentável biologicamente, sem ultrapassar e sem prejudicar a regeneração das espécies exploradas (OLIVEIRA, 2021)

No Brasil, em março de 2006, a lei N° 11.284, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, define a atividade extrativista de produção não madeireira para o uso sustentável de florestas com a utilização dos Planos de Manejo Florestal Sustentável Não Madeireiros.

O Plano de Manejo Florestal Não Madeireiro deve se adequar às diretrizes da região em que é desenvolvido e, com isso, deve também participar das medidas de mitigação do desmatamento na Amazônia e fazer parte do combate mundial às mudanças climáticas.

Os problemas do sistema são múltiplos: a estrutura tributária engloba grande número de impostos e contribuições, que incidem várias vezes sobre a mesma base tributária; apresenta alto grau de complexidade; distorce preços relativos e onera segmentos produtivos de maneira desigual.

A forma atual da tributação sobre o consumo gera dificuldades e tensões entre os entes da federação e acarreta distorções federativas de difícil solução. A reforma da tributação do consumo é, portanto, condicionante do desempenho futuro da economia. Os resultados da sondagem sugerem que o país necessita de um sistema tributário alinhado aos melhores padrões internacionais.

O uso sustentável de recursos florestais não madeireiros consegue formar uma ligação estreita entre os as práticas alimentares, ambientais, culturais e econômicas dos habitantes da Amazônia e o seu meio ambiente. Diversos produtos são extraídos pela população das florestas amazônicas, como as folhas, flores, sementes, frutos, amêndoas, raízes, bulbos, palmitos, cascas, fibras, óleos essenciais e fixos, resinas, látex, cipós, ervas, bambus, ceras, plantas de ornamentação, fungos, animais, etc.

Na Amazônia, a produção da extração florestal não madeireira compõe uma importante função na economia local, gerando trabalho e renda, além de contribuir com o Produto Interno Bruto (PIB) da região. Segundo o IBGE (2023), entre os anos de 2019 e 2021, a produção geral da extração não madeireira oscilou entre 638 mil e 662 mil toneladas, por ano. O melhor ano foi o de 2021, com 662.469 toneladas de produtos extraídos e comercializados pela região. O aumento, entre 2019 e 2021, alcançou uma taxa equivalente a 1,8% ao ano.

O preço médio praticado pelo mercado de produtos florestais não madeireiros, na Amazônia, oscilou entre R\$ 2,7 mil por tonelada, em 2019, e R\$ 3,4 mil por tonelada, em 2021, representando um aumento efetivo anual de 12,2% no período (IBGE, 2023).

A renda da produção da extração florestal não madeireira na Amazônia alcançou R\$ 2,1 bilhão em 2021. Observa-se que, no período analisado, o valor da renda aumentou 3,2% entre 2019 e 2020. Entre os anos de 2020 e 2021, o valor da renda experimentou um aumento de 18,1% (IBGE, 2023).

O estado do Pará lidera na Amazônia produção da extração florestal não madeireira. No ano de 2021, ele alcançou volumes acima das 320 mil toneladas por ano. O estado do Amazonas se destaca logo depois, com um volume médio de 123 mil toneladas por ano. O estado do Acre apresenta uma média de 90 mil toneladas por ano.

A renda originada pela produção da extração florestal não madeireira do Pará alcançou, em 2021, o valor de R\$ 1,3 bilhão, o que representa 61,9% da renda da região Amazônica. A cada ano, desde 2019, o estado do Pará experimenta aumento da renda. O estado de Amazonas obteve uma renda de R\$ 305 milhões em 2021, seguido do Maranhão e do Acre, com R\$ 209 milhões e R\$ 132 milhões, respectivamente.

O estado do Acre tem uma participação de 6,29%, na renda gerada no setor de produtos florestais não madeireiros da Amazônia e ocupa a quarta posição, desde 2019; porém, com uma renda inconstante conforme os dados da tabela 1.

Tabela 1: Renda da produção da extração florestal não madeireira na Amazônia

Estado	2019	2020	2021
Pará	1.047.400	1.229.225	1.322.262
Amazonas	278.615	251.304	305.102
Maranhão	235.463	141.168	209.103
Acre	87.430	50.951	132.799
Mato Grosso	27.694	23.458	28.813
Rondônia	21.941	22.007	22.518
Amapá	13.806	14.657	17.607
Roraima	13.282	15.594	18.583
Tocantins	7.057	39.376	55.756

Observação: em mil reais

(IBGE, 2023)

O ramo de produtos alimentícios lidera a extração de produtos florestais não madeireiros na Amazônia, com 43,6% do total da produção da região. A extração de Açaí alcança 34,3%. Os produtos oleaginosos, o babaçu e a castanha do Brasil seguem o ranking de participação, com 5,8%, 5,6% e 5,1%, respectivamente. Os demais produtos extrativos florestais não madeireiros detêm uma participação entre 0,1% e 2,9% do total da produção observada, entre 2019 e 2021 (IBGE, 2023).

Entre 2019 e 2021, a extração de produtos alimentícios experimentou um aumento efetivo de 10,5%, com uma média anual de 284,7 mil toneladas. A produção de Açaí se manteve estável, com uma produção média anual de 223,5 mil toneladas conforme a tabela 2.

No mesmo período, a extração de oleaginosos, de babaçu, fibras e ceras apresentaram diminuição na sua produção, com 34,5%, 35,4%, 33,8% e 80% negativos, respectivamente. Já a produção de pequi teve um aumento de 4,4 mil toneladas em 2019, para 25 mil toneladas e 27,4 mil toneladas em 2020 e 2021, respectivamente, conforme indicado na tabela 2.

A produção de pequi apresentou um aumento substancial no ano de 2020, com 25,6 mil toneladas, e continuou aumentando em 2021, para 27,4 mil toneladas.

O volume de extração de palmito, da borracha, sementes e amêndoas, produtos aromáticos e medicinais, o buriti e a castanha de caju, manteve-se estável entre 2019 e 2021.

Outros frutos diversos também alcançaram um aumento substancial entre 2019 e 2021, quando praticamente dobrou a produção da sua extração.

Tabela 2: Volume produzido em extração vegetal não madeireira na Amazônia. 2019 a 2021

Categoria	2019	2020	2021	Média
Alimentícios	268.972	288.137	296.968	284.692
Açaí fruto	222.705	220.490	227.250	223.482
Oleaginosos	46.780	36.177	30.644	37.867
Babaçu	45.169	34.562	29.172	36.301
Castanha do Brasil	32.905	33.119	33.406	33.143
Pequi	4.471	25.631	27.446	19.183
Fibras	8.133	5.064	5.385	6.194
Outros frutos	2.468	5.004	5.609	4.360
Palmito	3.900	3.887	3.824	3.870
Borracha	816	1.258	934	1.003
Sementes / Amêndoas	521	833	589	648
Ceras	839	758	174	590
Aromáticos/medicinais	566	549	579	565
Buriti	388	432	425	415
Castanha-do-caju	73	56	64	64

Observação: em mil toneladas

(IBGE, 2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS



É indiscutível a importância da produção da extração florestal não madeireira para a região Amazônica. Com uma renda de mais de R\$ 2 bilhões, em 2021 ela representa uma importante função para as atividades da ocupação do solo, na Amazônia, em harmonia com os apelos mundiais sobre o desmatamento e do aumento das mudanças climáticas.

Essa importante atividade econômica já é considerada pela ONU como uma das ferramentas mais importantes para combater o avanço do desmatamento e a ocorrência de fenômenos climáticos extremos. A conservação da Amazônia se inicia na extração florestal, atividade que deve gerar trabalho, renda e dinamizar a economia regional.

A extração florestal não madeireira precisa de maiores estímulos, os quais podem ser associados aos projetos do mercado de créditos de carbono para incrementar a produção e a renda das atividades não madeireiras na Amazônia.

É possível alavancar a produção de produtos não madeireiros, na Amazônia; particularmente no estado do Acre, que tem uma participação de apenas 6% desse mercado e apresenta uma produção inconstante, o que evidencia um potencial para o crescimento e a necessidade de políticas públicas capazes de manter a regularidade na oferta, gerando, assim, confiabilidade para o setor industrial investir e realizar planejamentos de médio e longo prazos.

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da produção de produtos não madeireiros é capaz de gerar riqueza, preservar o meio ambiente e gerar qualidade de vida para as populações amazônicas tradicionais.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Desmatamento no Brasil cresceu 22% no ano passado.** 2023.

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/desmatamento-no-brasil-cresceu-22-no-ano-passado>>.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. 2023.**

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?edicao=29153&t=resultados>>.

NAREDO, J. M. **La economía en evolución: História y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico.** Madrid: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1987. 539 p.

OLIVEIRA, L. C. **Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias: Manejo Florestal Não Madeireiro.** 2021.

<<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/manejo-florestal/manejo-florestal-nao-madeireiro>>. Acesso em: 08.08.2023.